

RESPONSABILIDADE SOCIAL DENTRO DO IFCE: RESULTADOS INICIAIS DO PROJETO MULHERES DE FORTALEZA

JULIO CESAR FERREIRA LIMA¹
SIMONE OLIVEIRA DE CASTRO²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Campus de Fortaleza
<juliocesar@ifce.edu.br>

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
<simone@ifce.edu.br>

Resumo. Ações de responsabilidade social são desenvolvidas nas mais variadas áreas do conhecimento e em diversos tipos de instituição em busca de uma engenharia social, pedagógica e didática útil à sociedade contemporânea. Nesse caminho, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) administra o Projeto Mulheres de Fortaleza (PMF) como ferramenta agregadora de conhecimentos entre discentes, docentes e a comunidade, visando diminuição da exclusão econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, conscientização de seus direitos como cidadãs e aumento no nível de escolaridade. O objetivo do trabalho é o de examinar de que maneira o PMF influenciou no desenvolvimento da cidadania e na melhoria econômica das participantes das duas primeiras turmas. O presente artigo se caracteriza, pois, em um estudo de caso com abordagem de caráter quantitativo, utilizando-se de método indutivo, para se chegar a uma conclusão ampla sobre a eficácia da referida ação social. Participaram da pesquisa 31 sujeitos, correspondendo a exatamente 50% das participantes. A análise dos resultados demonstrou que, embora as discussões sobre cidadania tenham sido proveitosas, não ocorreu o regresso dessas ao ambiente de educação formal, tampouco elas foram incluídas no mercado de trabalho. Sendo assim, dois dos principais eixos do Projeto não obtiveram êxito com as turmas iniciais.

Palavras-chaves: Ação Social. Educação. Cidadania. Gênero.

Abstract. Social responsibility actions are developed in various fields of knowledge and at different types of institution seeking a social, pedagogical and didactic engineering which can be useful to contemporary society. Therefore, the Instituto Federal do Ceará (IFCE) administers the Mulheres de Fortaleza Project (MFP) as a tool for aggregating knowledge among students, teachers and the community, aiming the decrease of economic exclusion of women facing vulnerable situations, the awareness of their rights as citizens and the increase of their educational level. The objective of this paper is to examine how the MFP influenced the development of citizenship and economic improvement of the participants of the first two groups. This research has been conducted as a case study with a quantitative approach, using the inductive method, to reach a broad conclusion about the effectiveness of this social action. 31 subjects participated in it, accounting for exactly 50% of the participants. The results showed that although discussions about citizenship have been fruitful, they neither led the women back to the formal education environment, nor were they included into the labour market. Hence, two of the principal purposes of the project did not succeed with the initial classes.

Keywords: Social action. Education. Citizenship. Gender.

1 INTRODUÇÃO

Há no Brasil, como em vários outros países ainda não classificados como desenvolvidos, um grande número de pessoas em situação de baixa renda. Várias dessas

pessoas não apresentam formação educacional básica ou, às vezes, a educação escolar é suficiente apenas para incluí-las no grupo de analfabetos funcionais¹. Dentre

¹Analfabeto funcional é a pessoa capaz de decodificar números, letras, frases, sentenças e até mesmo textos curtos, porém sem desen-

esses indivíduos, um grande número é de mulheres possuidoras de famílias e muitas vezes mantenedoras das mesmas. As causas que levam essas mulheres a se encontrar nessa situação são as mais variadas possíveis. Dentre as principais estão:

- Abandono ou morte do cônjuge provedor financeiro da família;
- Número elevado de filhos que a obriga a ter muito tempo de dedicação às tarefas do lar;
- Falta de políticas públicas que envolvam um maior número de pessoas (principalmente mulheres) no mercado de trabalho e
- Falta de certificação escolar que possibilite a inserção dessas mulheres nesse mercado.

Uma pesquisa intitulada “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados”² constatou a crescente participação feminina como chefes de famílias. Segundo o estudo, mais de 75% dos domicílios brasileiros são providos por mulheres, se constituindo como as principais provedoras em uma entre cada três famílias.

Em comunidades classificadas como carentes, normalmente há escassez de escolas de ensino básico (fundamental e médio), precariedade do ensino existente ou dificuldade por parte dos pais em matricular seus filhos e mantê-los na escola durante os anos compulsórios. Outros problemas existentes nesse tipo de comunidade são a deficiência de saneamento básico, de iluminação pública adequada, de áreas de lazer, de segurança pública, de residências com infraestrutura mínima de conforto e segurança; e seus moradores não se encontram inseridos no mercado de trabalho formal, muitas vezes pela falta de preparação profissional.

Uma saída para diminuir esse tipo de desigualdade social é, de acordo com Menezes (2007):

[...] a implantação de uma proposta social na área da cidadania e educação, e especificamente na questão do gênero no feminino, para facilitar e ampliar as idéias, propostas e conhecimentos, colocando as mulheres diante do terceiro milênio, como protagonistas. Romper com tais princípios a partir de novas leituras implica em mudanças concretas, objetivas e também subjetivas.

O governo brasileiro admite que através da equidade e da promoção da cidadania se pode melhor alicerçar

volver habilidade para solucionar operações matemáticas e interpretar textos. (nota do autor)

²Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001.

uma democracia produtora de resultados mais sólidos. Dentre suas ações, é criado em 2006 o Projeto Mulheres Mil, inserido nas prioridades das políticas públicas do governo, valorizando e articulando temas atuais como a promoção de gênero, equidade e diversidade étnica, essenciais à formação de uma sociedade justa. Sobre a questão de gênero, Menezes (2007) afirma que:

Pensar sobre a mulher, em relação à cidadania e sua representação social, no Brasil, é pertinente, tendo em vista a discrepância entre o que dizem as leis e teorias e a prática de vida do conjunto das mulheres brasileiras localizadas nas classes populares. Elas são mães, donas-de-casa, trabalhadoras e dinâmicas, mas pouco visíveis na sociedade da qual fazem parte, ainda em sua maioria excluídas da plena vivência como cidadãs participantes, atuantes e presentes no encaminhamento de suas ações no e para o mundo.

Segundo o que consta no próprio documento de criação do Projeto Mulheres Mil:

O propósito do projeto é contribuir com o desenvolvimento da competência da rede CEFET³ no nordeste e norte do Brasil visando desenvolver as ferramentas, técnicas e currículo para oferecer, em um período de quatro anos, a um mínimo de 1000 mulheres desfavorecidas os serviços de acesso, capacitação e relações com empregadores que lhes permitam entrar ou progredir no mercado de trabalho (BRASIL, 2006, p. 2)⁴.

O Projeto Mulheres Mil foi subdividido em subprojetos implantados em 13 estados brasileiros das regiões norte e nordeste e executados pelos Institutos Federais locais. No Ceará, o projeto integrante foi denominado Mulheres de Fortaleza (PMF), com alusão direta ao nome da capital do estado e à conotação do adjetivo “fortaleza” como sinônimo de vigor e solidez.

O PMF objetiva, dentre outras ações, criar condições de melhoria para mulheres de uma área da cidade considerada carente, dando-lhes a oportunidade de construírem seus portfólios individuais (modelo de currículo incluindo conhecimento formal e informal). Visa também, ofertar cursos de capacitação na área de Turismo para promover uma melhoria na qualidade de

³À época da elaboração do projeto, os Institutos Federais ainda são denominados de CEFETs

⁴ACCC é a sigla para *Association of Canadian Community Colleges*.

vida das mesmas e da comunidade a que elas fazem parte; colocá-las no mercado de trabalho; fomentar a criação de cooperativas ou empreendimentos próprios; e encaminhá-las para a continuidade de seus estudos. Para isso, o ensino funcionará como ferramenta para agregar a essas mulheres em situação de risco, valores de consciência e uso de sua cidadania, buscando incluí-las mais profundamente no meio social onde elas vivem.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O enfoque destacado nesse artigo trata a educação dentro do funcionalismo, corrente sociológica defendida principalmente por Émile Durkheim, para quem a sociedade apresenta instituições com funções específicas. Quando essas funções não operam corretamente, levam ao desregramento da própria sociedade. Por isso, deve haver uma total integração dos indivíduos com o entorno social. De acordo com Durkheim (1975), a educação e todas as instituições representativas do processo educacional pertencem a uma rede de integração dos indivíduos com o entorno social, e por isso, sofrem influência do tempo e do meio. Além disso, proporcionam uma maior capacidade de autonomia do indivíduo, corroborando a ideia de que educação tem uma importância eminentemente social. Sendo assim, o lar, a escola e a comunidade devem trabalhar em perfeita harmonia para que as necessidades do educando sejam atendidas. A escola é somente o lado mais concreto do caráter institucional do ensino.

Freire explica todo o caminho trabalhado na busca diária pela libertação de um maior número de indivíduos através da educação. Educação não apenas como sinônimo de transmissão de conhecimento, mas como ferramenta ativa que permite o indivíduo a participar da construção da estrada da sua própria vida. Segundo Freire (1997, p. 11), é preciso “pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática. Pensar a prática através do que se vai reconhecendo a teoria nela embutida.”

O tipo de ação desenvolvida pelo PMF é defendido também por Perrenoud (2005), uma vez que ele vislumbra uma educação enveredada por caminhos diversos e que desenvolve a intelectualidade dos educandos para uma melhor adaptação a situações inusitadas. Com isso, esse educando pode tomar decisões mais acertadas através de reflexão e ajudar no desenvolvimento da sociedade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Cavalcanti (1989) lembra que o processo educacional não deve ser admitido como existente apenas dentro de um confinamento nos limites do indivíduo, mas deve ser visto

como fator de integração desse indivíduo com a sociedade. A partir de então, educação é agente formador de cidadania. O conceito ligando educação à cidadania é declarado inclusive pela Lei federal nº 7044/82 (*apud* CAVALCANTI, 1989) que afirma haver uma legislação de ensino que tem entre seus fins propostos para a educação, a formação para a cidadania.

Coombs (1976) avaliava que as escolas não seriam capazes de dar uma contribuição adequada para os importantes programas educacionais, se não fossem organizadas em classes menos numerosas, em prédios e terrenos melhores e se não tivessem materiais de instrução de boa qualidade, entre outros fatores. Como ferramenta estimulante da melhoria da educação deve-se buscar atingir uma formação social e política do indivíduo e para isso procura-se lançar mão de uma educação para a cidadania, que não seja invasiva, nem imposta exclusivamente por lei. Também, faz-se necessária a consciência que essa cidadania, mesmo que pensada por especialistas, deve sempre ser adaptada a cada caso e época, através de discussões diretas com os educandos.

Caso a escola queira realmente educar para a cidadania, ela deve manter seu ideal primeiro e básico da formação de indivíduos capazes de comandar suas vidas pessoais e com isso, participar da vida da comunidade. Nesse sentido de desenvolvimento de uma consciência cidadã, Perrenoud (2005) defende que é preciso trabalhar em pelo menos três registros. Em primeiro lugar, a educação precisa desenvolver o poder intelectual do aluno, para que ele saiba adaptar-se às situações ímpares da vida e possa objetivamente opinar e embasar seus pensamentos com argumentação lógica. Em um segundo momento, a educação deve permitir ao aluno dominar o rumo da sua própria vida pela inteligência, não pela violência. Para isso, poder-se-ia desenvolver uma postura reflexiva e incluir a ética na discussão, em vez da submissão cega à autoridade da ciência e do professor, utilizando-se assim de saberes racionais e do respeito à maneira de ser e à opinião do outro. Por último, a educação moderna e democrática deve estabelecer tempo, meios, competências e variados recursos didáticos em um trabalho mais intensivo e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que todo contrato social pressupõe, para que se atinja um fim educacional mais exitoso.

Talvez por esse motivo, tenta-se aplicar junto aos alunos de cursos superiores do IFCE, a reflexão sobre responsabilidade social através de ações elaboradas e executadas por eles. De acordo com Ashley (2003, p. 56), responsabilidade social pode ser entendida como:

O compromisso que uma organização deve

ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e na prestação de contas para com ela.

O despertar da responsabilidade social não apresenta um histórico cronológico óbvio, porém, pode-se dizer que junto com o filantropismo, diversos acontecimentos sociais passaram a ocorrer com mais frequência desde o começo do século XX. Acontecimentos como, êxodo rural, aceleração na urbanização de milhares de cidades no mundo todo, formação de sindicatos de trabalhadores e greves podem ser apontados como exemplos do início de uma mudança de consciência frente à necessidade de se buscar uma maior igualdade social. Essas ações apresentaram-se com mais força e organização nos anos 60, nos Estados Unidos, e popularizaram-se quando chegaram ao continente europeu na mesma década.

A visão filantrópica ou assistencialista, até então difundida no âmbito de ações sociais, dá lugar a um novo paradigma, que encara a participação de empresas e de instituições de ensino como componentes ativos da economia, demandando recursos diversos para investimentos e que assim devem responder positivamente, com reciprocidade econômica e social. Para Souza (1996), o fato inovador nas ações de responsabilidade social é a parceria com os governos, para propiciar uma melhoria na qualidade dos serviços públicos e políticas governamentais. Essa nova modalidade de trabalho social demonstra que o poder público é capaz de cuidar do acesso aos serviços sociais, contudo apresenta dificuldades para melhorar a qualidade dos mesmos.

Tenorio (2006, p. 129) vê a responsabilidade social como um investimento em cidadania e vai um pouco mais além da questão meramente social, quando diz que a responsabilidade social busca “equilibrar as variáveis econômicas, sociais, éticas e ambientais em torno de um grande objetivo; a permanência da humanidade no planeta.” Como se percebe, a tríade educação, cidadania e responsabilidade social não pode ser dissociada no conceito de mundo contemporâneo e por isso caminha sempre em direção a melhoria dos indivíduos e do planeta.

Instituições, especialmente empresas privadas, utilizam agora essas ações como um recurso para minorar a premissa empresarial de que “o desejo de lucro impera sobre os interesses da sociedade.” É o que afirma Lima (2005, p. 22), embora não se possa negar que o excedente financeiro seja o que mantém as empresas funci-

onando. A satisfação de funcionários possibilita uma fidelização à empresa e consequentemente um melhor desempenho na produção. Esses resultados podem ser intensificados, quando ações sociais estão diretamente voltadas para funcionários, alunos e/ou seus familiares. Lima (2005, p. 25) corrobora o pensamento de Tenório sobre o papel das instituições às questões de desenvolvimento econômico e ambiental quando diz que:

[...] cresce a opinião em torno da idéia de que é necessária uma redefinição do papel da empresa na sociedade, pois, mesmo estando situada na esfera econômica, as empresas são tidas como agentes sociais que são partes integrantes da sociedade; portanto, devem participar não apenas com a oferta de produtos e serviços, mas com respostas efetivas aos problemas sociais e ambientais, muitas vezes ocasionados por ela, e também, aos aspectos antiéticos de suas atuações.

Essas transformações em nível de consciência mostram que crescimento econômico deve estar alicerçado em bases sólidas através de estratégias empresariais e de ensino competitivas, mas focadas em soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

Várias das ações de responsabilidade social exercidas por empresas estão ligadas à educação. Consegue-se, com essa parceria, uma influência mais generalizada no conjunto dos sistemas públicos de ensino. Souza (1996) aponta que o trabalho em conjunto dos setores público e privado trouxe resultados significativos para países latinoamericanos e assinalam um possível caminho para a efetividade nas ações de responsabilidade social das empresas.

Não querendo transferir a inerente responsabilidade social do Estado, programas educacionais ou assistenciais que tragam um maior envolvimento do setor privado e do setor público com a sociedade civil, impulsionam o desenvolvimento humano e social, ajudando na melhoria da qualidade de vida da sociedade. É evidente a crescente tendência de participação empresarial em questões sociais no mundo todo. Assim, todos saem ganhando, uma vez que as empresas investem em suas imagens; instituições de ensino trabalham o desenvolvimento do educando de forma global através de uma consciência cidadã; e o povo tem minimizadas algumas das mazelas sociais.

3 MATERIAS E MÉTODOS

A pesquisa teve como principal objetivo demonstrar possíveis transformações provocadas pela aplicação dos

cursos profissionalizantes de manipulação de alimentos e governança no cotidiano das participantes do PMF. Para isso foi pesquisado o perfil familiar das participantes, o nível de escolaridade, a empregabilidade antes e depois do Projeto e o envolvimento das mesmas com conceitos trabalhados e atividades desenvolvidas.

Utilizou-se o método de abordagem indutivo, elaborando-se uma análise de resultados provenientes de observações de um caso da realidade concreta. Nesse método, o processo indutivo caminha de fatos singulares em direção a uma conclusão ampla. Na presente pesquisa, as constatações particulares e em conjunto ocorridas com as participantes das duas primeiras turmas do PMF levaram à elaboração de generalizações sobre o norte e eficácia da ação social. Contudo, essas generalizações só permanecerão caso nada seja feito para mudar a realidade das próximas turmas e deverão sempre ser consideradas como verdades para as turmas pesquisadas apenas, ponderando-se também sobre o momento do levantamento de dados.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória, por apresentar como finalidade uma maior familiarização com o problema estudado, aqui representado pelos resultados iniciais obtidos com participantes do PMF. As pesquisas exploratórias são, juntamente com as descritivas, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática, fato que aparece nesse trabalho pela inquietação para a descoberta dos resultados de uma ampla ação de responsabilidade social dentro do IFCE. Objetiva-se, então, o aprimoramento das atividades desenvolvidas no Projeto com o intuito de obter melhores resultados no futuro.

A investigação possui uma abordagem de caráter quantitativa, pois traduz alguns dados em números para classificação e análise; e como um estudo de caso, apropriado aqui porque permite apreender e retratar a visão pessoal dos seus participantes, além de que é um estudo aprofundado sobre um ou poucos objetos para um amplo e detalhado conhecimento de um fato isolado.

Elaborou-se, então um questionário com 16 perguntas como instrumento de coleta de dados que consistia em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente, e dispostas em itens. O criado para a presente pesquisa foi entregue às mulheres participantes do Projeto Mulheres Mil e respondido sem a participação/intermediação do pesquisador. O questionário traz um pequeno cabeçalho explicativo sobre os objetivos da pesquisa, a importância da colaboração e o resguardo do sigilo; como também perguntas de tipos variados: dicotômicas (nº 6 e 15), semiabertas (nº 7, 12 e 14) e de múltipla escolha (nº 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13 e 16).

A coleta foi planejada para ser realizada nas duas primeiras semanas do mês de fevereiro de 2011. Todavia, o prazo se estendeu e todo material foi preenchido nos meses de fevereiro e março de 2011 na Casa do Saber, localizada na comunidade do Pirambu, em Fortaleza, entre às 14h00 e às 17h00.

Os resultados advindos do questionário foram tabulados através do *software* aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) que possibilita além de um estudo analítico, a transformação de dados em informações importantes através do cruzamento de resultados. As figuras geradas a partir desses dados foram produzidas no *EXCEL*.

Os sujeitos fornecedores dos dados para a presente análise se restringiram às participantes da primeira turma (2008-2009) e da segunda turma (2009-2010) do PMF que participaram das palestras, oficinas e cursos de manipulação de alimentos e governança. No final da coleta de dados atingiu-se o índice de 50% de participantes das duas turmas, sendo que 16 pertenciam à primeira turma e 15 participantes à segunda. A amostra caracteriza-se, portanto, por ser uma amostra acidental, ou seja, composta pelas participantes que decidiram aparecer e colaborar com a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A faixa etária das entrevistadas apontou para um grupo expressivo, que está em idade bastante produtiva para o mercado de trabalho (Figura 1). Os dois maiores grupos somados chegaram a 91%. Com isso, é demonstrado que a maioria das participantes está apta a se inserir no mercado de trabalho formal, por ainda estar em idade pró-ativa, entre 18 e 40 anos, podendo ser absorvidas facilmente por empresas ligadas ao ramo hoteleiro ou à cadeia de estabelecimentos de alimentação da cidade de Fortaleza. Os outros 9% das participantes, que estão acima dos 40 anos de idade podem encontrar dificuldade de inserção no tipo de empresa citada anteriormente, mas nada as impede de participar, de forma também ativa, de cooperativas criadas em sua comunidade como forma de inserção econômica e social.

A segunda e a terceira perguntas estão relacionadas para demonstrar a posição da mulher como necessária para manter ou auxiliar na renda familiar. O estado civil e a quantidade de filhos são essenciais para que não seja negligenciada a real importância de inserção e permanência dessas mulheres na economia formal, no intuito de suprir suas famílias com fatores básicos de sobrevivência, como primeiro passo de uma vida digna. Só esses fatores já exigiriam de qualquer ação social implantada na comunidade do Pirambu, um compromisso maior com a empregabilidade, fazendo com que hou-

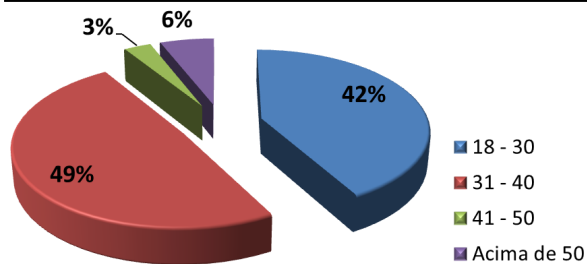


Figura 1: Faixa etária. Fonte: do autor (2012).

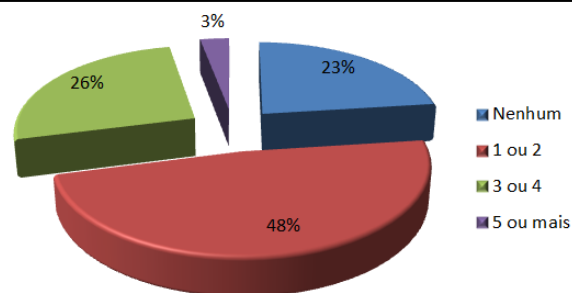


Figura 3: Quantidade de filhos. Fonte: do autor (2012).

vesse uma mudança palpável no cotidiano das famílias e, conseqüentemente, uma verdadeira mudança na qualidade de vida dos indivíduos.

Enquanto 32% das entrevistadas se declararam solteiras (Figura 2). Essa porcentagem caiu para 23% ao responderem que não possuíam filhos, ou seja, 9% das mães não contavam formal ou permanentemente com a ajuda de um cônjuge, mas já possuíam dependentes diretos. Todas as casadas, ou mulheres com relação estável, representando 58% do total, declararam possuir pelo menos 1 filho. Aumentando o número de mulheres com filhos, que estão à frente de suas famílias ou são responsáveis diretas pela criação de sua prole, somou-se a parcela de mulheres separadas ou divorciadas e que representavam 10% do total da amostra, todas com 1 ou mais filhos.

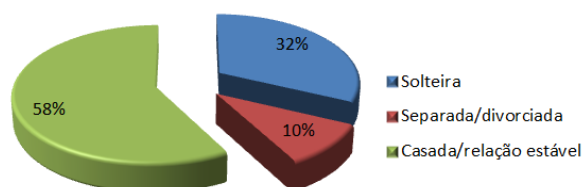


Figura 2: Estado civil. Fonte: do autor (2012).

O número de mulheres com prole superior a 2 filhos é de 29% das entrevistadas, número maior ainda que o de mulheres sem filhos. Ao final, chega-se a 77% das entrevistadas apresentando prole (Figura 3), tornando-as peça importante para a economia de suas famílias. Essas famílias, com os dois cônjuges ou apenas a pró-genitora, devem ser passíveis de uma preocupação maior em relação à manutenção financeira dos membros, devido à situação de vulnerabilidade, que faz parte de um grande número de moradores da comunidade do Pirambu.

A dificuldade financeira enfrentada pelas moradoras do Pirambu foi corroborada com a disponibilidade

de tempo das mesmas de integrarem um projeto cujas atividades foram desenvolvidas 3 vezes por semana, no horário entre 13h30 e 17h30. Sendo esse horário considerado ainda comercial para a maioria das atividades profissionais, subentende-se que elas se encontravam sem um compromisso formal de trabalho. Tal problemática foi confirmada e agravada quando as entrevistadas declararam a renda familiar. A maioria, 78% das mulheres, afirmou que a renda familiar estava em até 1 salário mínimo e apenas 3% declarou que a renda somada dos membros da família era de mais de 3 salários mínimos. O PMF se apresentou, então, como uma saída para a situação financeira precária, jogando esperança para um futuro melhor de muitas famílias. Na verdade, essa (re)colocação no mercado formal de trabalho é um dos objetivos centrais do Projeto.

Diferente do que se pensou inicialmente para a seleção das participantes do PMF, a porcentagem de mulheres com o ensino médio completo foi alta, chegando a 55% do total. Os 45% restantes estavam divididos entre os outros níveis de escolaridade, variando entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto. Ninguém declarou que não frequentou a escola, nem tampouco que iniciou ou terminou algum curso universitário. Como o PMF objetiva também o incentivo do retorno ao ensino formal e o aproveitamento dos conhecimentos prévios, nenhuma candidata foi inicialmente excluída por possuir o que é considerado pela maioria, um bom nível de escolaridade, representado pelo término do ensino médio.

A variedade dos níveis de escolaridade forneceu boas oportunidades de se trabalhar com o reingresso das mulheres ao ambiente escolar regular, aumentando assim o nível educacional de mais brasileiras. Os resultados do PMF começaram a se delinear a partir desse ponto. Ao responderem sobre a importância da orientação da importância do aumento do grau de escolaridade, como forma de maior facilitação de ingresso no mercado formal de trabalho, atingiu-se o número de 87% de participantes que

se lembraram de tal fato. Faz, realmente, parte do cotidiano das atividades do PMF, o esclarecimento sobre o tema por parte de professores, palestrantes e equipe executora. Desta forma, a disseminação de uma consciência sobre o valor da educação formal para a melhoria da sociedade foi transmitida de forma objetiva para as participantes.

Porém, a prática não foi parte subsequente da teoria. Ligada à pergunta anterior, a próxima indagação tentou descobrir se as participantes regressaram à escola depois do término das atividades do PMF. Infelizmente, apenas 16% respondem afirmativamente. Esse número representa precisamente 5 mulheres. É necessário dizer que 4 já cursavam o ensino médio; não foi na verdade um retorno, mas sim, uma continuação de seus estudos, uma vez que elas não haviam abandonado a escola. Uma participante, apenas, se interessou em fazer mais cursos profissionalizantes. Tem-se, então, 84% das participantes que não retomaram o caminho da educação formal. Para essa pergunta semiaberta surgiram explicações para a não retomada dos estudos formais como: a satisfação com o nível educacional já adquirido, a necessidade de cuidar de filhos ainda jovens, a simples falta de interesse e principalmente a necessidade de um emprego se sobrepondo a qualquer outro desejo. A exclusão econômica foi mais uma vez apontada como fator de preocupação e urgência na vida das mulheres, pois delas dependiam muitas vezes, outras pessoas como filhos e, às vezes, até mesmo, maridos ou companheiros.

As oitava, nona e décima perguntas estão ligadas aos cursos oferecidos pelo PMF. A maioria de 91% das mulheres participou dos dois cursos, sendo que os 9% restante participaram de apenas um curso por motivos pessoais ou simplesmente por terem se inserido no Projeto após o início das atividades. A participação no curso de Manipulação de Alimentos apenas é de 6% e os outros 3% participaram somente do curso de Governança.

Ocorre uma maior identificação das participantes com o curso de manipulação de alimentos. Segundo os questionários, 54% se identificaram mais com esse curso, 23% preferiram o curso de governança apenas, e o mesmo percentual, 23%, mantiveram identificação com ambos os cursos. O treinamento para manipular alimentos agradou 77% das participantes por relacionar as atividades estudadas com aplicações práticas para o cotidiano familiar, onde as mulheres poderiam facilmente utilizar o aprendizado para uma melhor qualidade de vida dentro de suas próprias residências. Esses dados não foram substancialmente influenciados por experiência anterior, pois ao responderem à décima pergunta, a maioria de 84% se declarou sem conhecimento

prévio nas áreas estudadas (Figura 4).

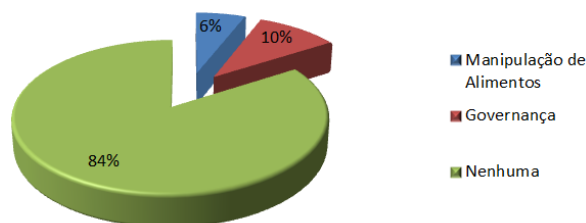


Figura 4: Experiência. Fonte: Do autor (2012).

As três perguntas se analisadas juntas, demonstram grande participação nas atividades principais do PMF e acerto na escolha das áreas profissionalizantes oferecidas, através da identificação das participantes com um ou ambos os cursos, ainda que não possuíssem experiência anterior nas áreas estudadas. Mesmo não mostrando o desempenho das mulheres nos referidos cursos, pressupõe-se que o objetivo de qualificação é atingido com a conclusão e certificação das participantes.

Justificando o interesse das mulheres de participarem de um projeto social que objetiva, entre outras coisas, a inclusão no mercado de trabalho, a décima primeira pergunta descobre que 94% das entrevistadas estavam desempregadas quando se inseriram no PMF. Os outros 6% realizavam alguma atividade informal como modo de subsistência, ou seja, não possuíam direitos trabalhistas, por não estarem oficialmente inseridas no mercado. Todavia, é a figura a seguir que é preocupante para os objetivos do PMF.

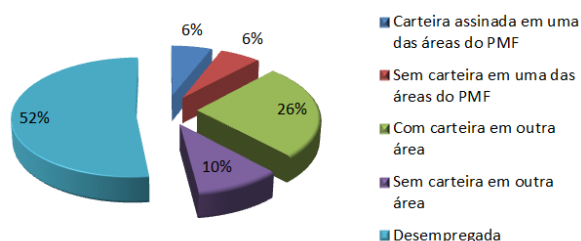


Figura 5: Trabalho atual. Fonte: do autor (2012).

Passado já um ano do término das atividades com a segunda turma e dois anos com a primeira, 52% das entrevistadas ainda declararam estar desempregadas. Adicionando a esse percentual o número de mulheres que estão trabalhando sem carteira assinada, chegou-se a 68% do total. Atingiu-se 94%, quando foi somado também o percentual de 26% de mulheres, que estavam com alguma ocupação, mas em outra área que não as

exploradas pelo Projeto. Trabalhou-se, então, com apenas 6% das egressas do PMF como resultado efetivo. Essa porcentagem final não é representativa para um dos eixos norteadores do Projeto que é o de inserir todas, ou a maioria das participantes, no mercado de trabalho formal como meio de transformação e melhoria social. Não se atingiu nem 50% de inclusão econômica através da inserção na rede hoteleira ou gastronômica local. Tampouco foram criadas cooperativas ou empreendimentos que absorvessem a mão de obra advinda do PMF. Inicia-se, pois, a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho realizado e de atitudes a serem tomadas, que possibilitem a modificação dos resultados aqui apresentados para as próximas turmas.

Como fatores ratificadores da necessidade de inserção econômica formal das mulheres da comunidade do Pirambu, encontram-se na Figura 6, suas expectativas no que diz respeito às possibilidades de aceitação de emprego. As entrevistadas se dividiram ao apontar áreas de trabalho de sua preferência ou outras perspectivas para suas vidas. Elas se colocaram, na maioria das vezes, aptas a se inserirem em variados ambientes de trabalho, pois o que estava em jogo, *a priori*, era a superação de dificuldades advindas da instabilidade econômica presente na família. De acordo com Moraes (1994, p. 495), “as mulheres brasileiras, discriminadas e oprimidas, como na maior parte das sociedades, constituem, entretanto, um dos segmentos que mais se destacam na luta pela universalização dos direitos sociais, civis e políticos.”

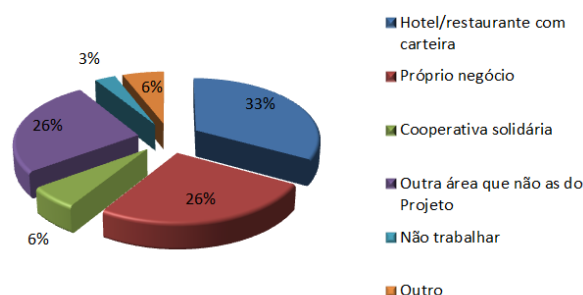


Figura 6: Interesse de trabalho. Fonte: do autor (2012).

Percebe-se o crédito posto no PMF, pela seriedade da instituição executora, dos parceiros e dos objetivos expostos inicialmente para as participantes. O maior índice de interesse é o de uma posição de trabalho em um hotel ou restaurante, talvez por estas serem as áreas dos cursos oferecidos e as entrevistadas estarem ainda ansiosas para aplicar o que foi visto na teoria durante os estudos. 33% delas ainda mantêm esperança de colo-

cação em um desses empreendimentos, enquanto 26% não pensam em trabalhar para terceiros, mas gerenciar seus próprios negócios. Esses desejos de inserção no mercado de trabalho podem ter partido, principalmente, de esclarecimentos sobre empreendedorismo, que ocorreram durante os dois semestres de atividades. Também como resultado do incentivo dado para a formação de seus próprios negócios, 6% das entrevistadas declararam-se interessadas em formar cooperativas solidárias, para que juntas pudessem trabalhar e dividir experiências, produção e resultados. Essas três respostas alcançaram juntas 65% do total e foram as mais positivas para os objetivos do PMF, pois pode ser notado claramente um desejo de mudança, a partir dos trabalhos realizados. Nota-se aqui um resultado positivo das discussões sobre cidadania como forma de exercer direitos e cumprir deveres sociais; obrigações que devem ser de livre acesso de todos, como também, servir a todos igualmente. Essa consciência corrobora o pensamento de Menezes (2007) ao afirmar que:

[...] através do estudo da representação social da cidadania feminina, é possível estabelecer uma visão mais clara de como a mesma se organiza no universo do senso comum, lidando com a compreensão das próprias mulheres sobre as questões que as cercam, numa sociedade patriarcal, androcêntrica e neoliberal (MENEZES, 2007).

Contra os dados positivos apresentados anteriormente, 26% das entrevistadas demonstraram desânimo com o aprendizado ao escolherem o item da pergunta 13 que indicava a pretensão de trabalhar em uma área que não estivesse ligada aos cursos oferecidos pelo PMF. A opção surgiu a partir da observação e avaliação, por elas mesmas, das atividades desenvolvidas durante os dois semestres. Algumas apenas não se identificaram com os cursos profissionalizantes, mas muitas mulheres sugeriram mais aulas práticas como algo para ser aprimorado nas turmas seguintes. Dois depoimentos ocorridos depois da entrega do questionário foram:

Eu acho que deveria ter mais aulas práticas na parte da camareira e da cozinha. Fazendo mais cama e limpando o quarto direitinho, a gente chegaria no (ao) hotel do estágio com menos medo de errar. Rapidez na hora de fazer a cama foi impossível pra (para) mim. Na cozinha, fizemos poucos pratos na (em) minha opinião. Se tivesse mais tempo pra (para) a gente na cozinha, a gente podia fazer mais pratos e até inventar alguma coisa. Poderia

até ser nossa prova final: a invenção de um prato nosso. (J. L. de S. - Aluna 01)

Se houvesse tido mais horas arrumando o quarto e na cozinha teria sido melhor. No quarto são muitos detalhes para se prestar atenção, além de que temos que fazer com certa rapidez. Se a gente pratica mais na escola, quando chegar no (ao) estágio vai se sair melhor, não é? Também se tivéssemos feitos mais pratos, seria melhor, pois teríamos mais experiência em coisas novas. Só faltou isso mesmo e aí tudo teria sido perfeito. Queria um emprego também, mas isso ainda vou conseguir, sei disso. (M. L. de B. B. - Aluna 02)

As opiniões acima demonstram a preocupação com o ganho de mais segurança na hora de desempenhar as atividades no período de estágio. Essa segurança poderia conduzi-las a uma boa avaliação por parte do *staff* e, conseqüentemente, a um convite para compor o quadro das empresas. Elas estavam conscientes da importância dessas ações para uma maior chance de empregabilidade.

Como um fator neutro, mas que mais uma vez demonstra a urgência de emprego para algumas mulheres, tem-se o índice de 6%, precisamente 2 das 31 participantes da pesquisa, que optaram por marcar a opção que não faz distinção de área onde elas podem ser alocadas profissionalmente. Uma das participantes chegou a afirmar que precisava trabalhar em qualquer área, mas gostaria que fosse de carteira assinada para ter seus direitos trabalhistas garantidos. Para outra, que tem experiência na confecção e venda de objetos artesanais, ela acredita ser mais fácil e rápido um trabalho que já envolva a habilidade conseguida há algum tempo.

Essas opiniões, declarações ou apelos, para alguns, não podem e não devem ser ignorados pelos executores das atividades do PMF, pois é trabalhar com o fim de expectativas de seu público-alvo. Quando as mulheres foram captadas para participação, lhes foi prometido além de qualificação profissional, uma ajuda especializada para colocação no mercado de trabalho, incluindo a valorização de todo seu conhecimento prévio. Esse fato fez com que muitas das mulheres se interessassem e permanecessem no PMF até o fim. A valorização e seriedade da iniciativa devem ser mantidas para que os objetivos sejam alcançados e os resultados divulgados possam servir de estímulo para outras ações sociais.

Para apoiar a expectativa positiva demonstrada pelas participantes durante todo o processo, as 3 últimas perguntas avaliaram direta e indiretamente a satisfação

com as atividades dessa ação social. A décima quarta pergunta investigou o suporte tido pelas mulheres para a inserção e permanência no PMF. 94% das entrevistadas afirmaram ter recebido apoio para sua participação. O apoio veio principalmente de amigos e familiares, estando nesse grupo os maridos, filhos, pais e avós. Os 6% que declararam não haver recebido incentivo, apontaram os cônjuges como principal desestimulador. Esses dados apontam para a declaração de Menezes (2007) que “é importante ressaltar que as mulheres têm a noção de cidadania, mas admitem a necessidade de que ocorram mudanças de atitudes e comportamentos na sociedade, principalmente no universo masculino, para que essa cidadania seja efetivada no cotidiano.”

Essa falta de suporte, todavia, não fez com que as entrevistadas desistissem de terminar as atividades. Essa atitude aponta para uma tomada de decisão única de cada participante e uma satisfação com as, até então, atividades propostas. Essa satisfação também é evidenciada por ocasião da resposta para a décima quinta pergunta. Esta indagou sobre a divulgação do Projeto Mulheres de Fortaleza por parte das participantes dentro da comunidade do Pirambu. Todas afirmaram ter comentado sobre as atividades e incentivado suas amigas a participar das próximas turmas, mostrando assim que a satisfação fazia parte de todas elas. Mais do que simples satisfação, há também a ligação que Moraes (1994, p. 513) observa entre mulheres e movimentos comunitários, pois para a autora, a supremacia feminina, “especialmente entre as populações mais pobres, tem sido um importante canal de conscientização de direitos de cidadania.”

A última pergunta do questionário interrogou diretamente o nível de satisfação com o PMF. Havia cinco opções para escolha, que ia subindo o nível de satisfação gradativamente. As duas primeiras opções, relacionadas a uma avaliação bastante negativa, não foram assinaladas por nenhuma das participantes. As respostas ficaram divididas entre as 3 outras alternativas. 71% das entrevistadas afirmaram que as atividades desenvolvidas foram muito satisfatórias. Somando-se a esse percentual os 13% que se sentiram satisfeitas o suficiente com o que foi apresentado, chegou-se a 84% de aprovação do Projeto. Sobraram, então, 16%, que apenas gostaram razoavelmente do que lhes foi apresentado durante os dois semestres de atividades do projeto.

Essa avaliação, feita de maneira anônima e algum tempo depois do término das atividades, indicou um acerto no caminho escolhido para a elaboração e aplicação do PMF. As participantes pesquisadas expressaram, de forma clara e objetiva, sua identificação e satisfação

com vários aspectos da ação social. Todavia, também foram percebidas ansiedades sobre a eficácia do investimento feito por elas na questão do tempo dedicado às atividades teóricas e práticas propostas pelo PMF, além da expectativa sobre a inserção no mercado de trabalho formal, para cumprir um dos objetivos iniciais.

5 CONCLUSÕES

O estudo analítico dos resultados apresentados às perguntas do questionário realizado com 50% das participantes das duas primeiras turmas do Projeto Mulheres de Fortaleza não apresenta dados animadores. Excetuando-se um maior contato com o tema da cidadania e a satisfação individual, levando a um aumento da autoestima, pode-se dizer que não ocorreram mudanças significativas para a tríade - Governo, Projeto Mulheres de Fortaleza e público-alvo.

Infelizmente, não houve um retorno significativo das participantes à esfera da educação formal, como forma de elevação do nível educacional. O que foi possível se atingir foi somente 16% das mulheres voltando ao ambiente escolar como forma continuada de aquisição formal de conhecimento. Mesmo sendo um eixo norteador do Projeto Mulheres de Fortaleza, a reinserção das participantes na educação formal não acontece a contento. De fato, o que realmente aconteceu foi que, mesmo declarando ter voltado a estudar, a maioria dessas participantes nada mais fez que continuar seus estudos, que nunca haviam sido interrompidos.

Em nível profissional, muito pouco se realizou. O índice de mulheres desempregadas ainda é alto e se for somado a esse índice a quantidade de empregadas sem direitos trabalhistas e em outras áreas, que não as dos cursos profissionalizantes, o resultado chega a mais de 90% das participantes. É esse ponto inclusive o mais citado pelas participantes como frustrante, pois a maioria não conseguiu mudança econômica advinda da participação no PMF. Mesmo após o término das atividades, não houve uma parcela significativa de mulheres inseridas no mercado de trabalho formal. Com 1 ou 2 anos do término dos cursos profissionalizantes, mais da metade das participantes estão ainda desempregadas e apenas 6% conseguiram uma colocação em uma das áreas ofertadas pelo PMF.

Não se pode dizer que elas nada possuíam sobre a ideia conceitual de cidadania, pois a comunidade do Pirambu é alvo de diversos projetos sociais, mantidos ou não com o incentivo dos governos municipal, estadual ou federal. Todavia, as palestras e as orientações de professores e membros da equipe executora, sobre direitos e deveres do cidadão, trouxeram para algumas participantes melhores esclarecimentos sobre onde, como e

porque se deve buscar a equidade entre todos os indivíduos. Para 15% das entrevistadas, o PMF foi uma chance para uma melhoria na consciência dos direitos e deveres. Enquanto que outros 15% avaliaram o PMF como uma oportunidade de melhorar o nível intelectual. Infere-se, assim, que mesmo tendo a aquisição de um emprego formal como principal foco de inserção nesse projeto social, outros pontos estimulantes aparecem como essenciais para a formação do ser humano em questão. O trabalho desenvolvido pela equipe com a preocupação de proporcionar debates apresentando temas sobre os direitos dos cidadãos, atingiram em algum nível, uma porcentagem significativa de participantes. Delineia-se, pois, algum resultado positivo referente à representatividade do tema cidadania demonstrado pelas participantes após as atividades do PMF.

Para que iniciativas desse tipo não fiquem apenas no âmbito da divulgação de uma tentativa política, sem efeito positivo para o público-alvo, decisões sérias e objetivas devem acontecer para reverter o quadro que aconteceu com as participantes das duas primeiras turmas analisadas. Só assim, haverá significado real na utilização de ações de responsabilidade social junto a instituições educacionais para o desenvolvimento dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO. *A mulher brasileira nos espaços públicos e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL. *Projeto de parceria da SETEC/MEC e ACCC*. [S.l.: s.n.], 2006.
- CAVALCANTI, R. M. N. T. *Conceito de cidadania: sua evolução na educação brasileira a partir da república*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989. 15 - 52 p.
- COOMBS, P. H. *A crise mundial da educação*. São Paulo: Vozes, 1976.
- DURKHEIM Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- FREIRE, P. *Professora sim, tia não*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- LIMA, P. R. dos S. *Responsabilidade social: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo 1999*. São Paulo: Educ, 2005.
- MENEZES, W. N. de. Gênero, cidadania e representações sociais. In: *XIV Encontro Nacional da*

ABRAPSO, *Diálogos em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007.

MORAES, M. L. Q. de. Cidadania no feminino. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ ECO/ UFRJ, 1994. v. 2, n. 3.

PERRENOUD, P. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SOUZA, P. R. *Educação e responsabilidade social*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996. Caderno Tendências e Debates. 19 jun. 1996.

TENORIO, F. G. *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.